

ONDAS POLÍTICAS EM ÁFRICA: IMPERIALISMO, DESCOLONIZAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECLOSÃO DA GERAÇÃO Z

POLITICAL WAVES IN AFRICA: IMPERIALISM, DECOLONISATION, DEMOCRATISATION AND THEIR IMPLICATIONS FOR THE EMERGENCE OF GENERATION Z

Duarte Augusto Amaral

RESUMO: O artigo analisa as ondas políticas em África - imperialismo, descolonização e democratização - e as suas implicações sociopolíticas, económicas e culturais, com reflexos na emergência da Geração Z. Sustenta-se que as relações com o bloco ocidental fragilizaram modelos de desenvolvimento ancorados em valores locais, agravando conflitos no pós-independência. As assimetrias ideológicas e de poder limitaram a autonomia africana na definição de modelos de governação e na preservação de valores autóctones. Metodologicamente, adopta-se uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, baseada na hermenêutica e na análise fenomenológica. Conclui-se que a vulnerabilidade dos Estados africanos favoreceu a imposição externa, comprometendo a autenticidade das estruturas africanas.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Imperialismo; Descolonização; Democratização; Geração Z.

Editor

[Bernardino Cordeiro Feliciano](#)

ABSTRACT: This article analyses Africa's political waves - imperialism, decolonisation and democratization - and their socio-political, economic and cultural implications, with effects on the emergence of Generation Z. It argues that relations with the Western bloc weakened development models rooted in local values, intensifying post-independence conflicts. Ideological and power asymmetries constrained African autonomy in defining governance models and preserving indigenous values. Methodologically, the study adopts a qualitative, exploratory and descriptive approach, grounded in hermeneutics and phenomenological text analysis. It concludes that the vulnerability of African states enabled external imposition, undermining the authenticity of African structures.

KEYWORDS: Politics; Imperialism; Decolonisation; Democratisation; Generation Z.

ONDAS POLÍTICAS EM ÁFRICA: IMPERIALISMO, DESCOLONIZAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECLOSÃO DA GERAÇÃO Z

Duarte Augusto Amaral¹

Introdução

O continente africano constituiu, ao longo da história, um espaço de profundas transformações políticas, sociais e económicas, onde se cruzaram múltiplas forças endógenas e exógenas que determinaram o seu percurso histórico. A trajectória africana não se desenvolveu de modo linear nem homogéneo; antes se caracterizou por movimentos de avanços e retrocessos, rupturas e recomposições institucionais que revelam a complexidade das suas dinâmicas internas e das interferências externas. Tal como refere Bachelard (2006), a história humana é marcada por “descontinuidades contínuas”, o que, no caso africano, traduz a convivência paradoxal entre momentos de emancipação e de subjugação, entre projectos de soberania e formas persistentes de dependência. A análise deste percurso permite compreender que as experiências políticas do continente não se esgotam na narrativa colonial, mas exprimem uma longa tensão entre a autonomia dos povos e as imposições das potências estrangeiras.

A presença europeia em África marcou um ponto de inflexão nesse itinerário histórico. A invasão colonial, legitimada por discursos de “civilização” e “progresso”, impôs um modelo de dominação que desarticulou estruturas sociais e políticas autóctones, anulando o protagonismo africano na definição dos seus próprios destinos. O colonialismo não apenas explorou os recursos materiais, mas também corroeu as bases simbólicas das civilizações africanas, desvalorizando os seus sistemas de conhecimento e de organização. Ao impor o eurocentrismo como matriz universal de racionalidade, o projecto colonial reduziu a diversidade epistemológica e cultural do continente, transformando-o em espaço de subordinação e dependência. Mesmo após as independências, as novas formas de dominação - agora de natureza económica e diplomática - mantiveram a África dentro da órbita das

¹ Licenciado em Filosofia e Mestrado em Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane. É docente da faculdade de filosofia, onde também, colabora com o Centro de Investigação em Filosofia da mesma universidade. Contacto: duarteaugustoa@gmail.com

potências ocidentais, reproduzindo o fenómeno que designou por “a última etapa do imperialismo” (Nkrumah, 1967, p. 35).

A independência política, conquistada entre as décadas de 1950 e 1970, não significou o fim das influências externas, mas antes a sua metamorfose. A substituição das administrações coloniais por elites nacionais não bastou para garantir autonomia efectiva, pois as estruturas económicas e institucionais permaneceram moldadas por padrões externos. A dependência financeira, a imposição de modelos de governação e a intervenção de agências multilaterais continuaram a condicionar o desenvolvimento africano. As décadas subsequentes evidenciaram que a soberania política não foi acompanhada de uma soberania económica e epistemológica, mantendo-se o continente num estado de vulnerabilidade face às dinâmicas globais. As chamadas “ondas políticas” africanas surgem, assim, como expressões dessa trajectória descontínua, reflectindo as tentativas sucessivas de reconfigurar a ordem interna perante a pressão do sistema internacional.

Neste contexto, torna-se essencial interrogar de que modo as ondas políticas e o imperialismo ocidental contribuíram para a formação das metanarrativas sociopolíticas e económicas dos Estados africanos. Tal questionamento implica reconhecer que a história política do continente foi marcada por uma constante tensão entre o desejo de autodeterminação e as imposições hegemónicas externas. A compreensão dessas dinâmicas exige, pois, uma leitura crítica do modo como o colonialismo, o neocolonialismo e as dependências contemporâneas se articularam na configuração das políticas africanas, produzindo realidades híbridas em que coexistem valores tradicionais e modelos institucionais importados. A análise das ondas políticas, neste sentido, propõe-se como um instrumento interpretativo que permite mapear os momentos de ruptura e continuidade que definiram o destino político de África.

Do ponto de vista metodológico, este estudo apoia-se numa abordagem qualitativa, de natureza básica, e adopta o método hermenêutico-filosófico, associado à análise fenomenológica. Esta opção metodológica permite interpretar os discursos e as práticas políticas africanas não apenas como factos históricos, mas como manifestações simbólicas de uma luta contínua pela afirmação identitária e pela soberania dos povos. A hermenêutica possibilita compreender os sentidos ocultos nas narrativas coloniais e pós-coloniais, revelando o modo como o poder se reproduz sob formas subtis e persistentes. A análise

fenomenológica, por sua vez, permite captar a experiência vivida dos sujeitos africanos face às dinâmicas de dominação e resistência, contribuindo para uma leitura mais densa e crítica dos processos sociopolíticos em causa.

Assim, o presente artigo propõe-se examinar as três ondas políticas fundamentais que marcaram a história contemporânea do continente africano. A primeira corresponde ao período colonial e às lutas de libertação que conduziram às independências; a segunda caracteriza-se pela emergência do socialismo africano e pelas tentativas de construção de Estados nacionais autónomos; e a terceira, pela consolidação do liberalismo e pelo retorno do imperialismo sob novas formas de dominação económica e política. Estas três ondas, ainda que distintas nos seus contextos históricos, convergem na revelação de um mesmo dilema: a contínua disputa entre emancipação e dependência que define, até aos dias actuais, a condição africana no sistema internacional.

Primeira Onda Política: Penetração Europeia e Processo de Descolonização

A primeira onda política em África caracterizou-se por uma dupla dimensão, desenvolvida em diferentes contextos e posições geográficas: primeiramente, por movimentos de preservação cultural dos substratos africanos face à exploração e à escravidão, e, em segundo lugar, pelo reconhecimento dos direitos civis e políticos dos africanos. Do ponto de vista geográfico, esta onda manifestou-se tanto dentro como fora do continente africano, refletindo uma interligação entre as experiências internas e as reivindicações da diáspora africana.

Cronologicamente, a primeira onda política remonta ao século XV, período que marca o início da resistência africana perante a expansão europeia. Este processo teve início com as chamadas viagens de descobrimento e a fixação gradual dos europeus nas zonas costeiras africanas, intensificando-se posteriormente com a Conferência de Berlim (1884-1885), que oficializou a divisão, fixação e exploração do continente de forma assumida e sistemática.

Deste contexto emergiram dois movimentos principais. O primeiro desenvolveu-se internamente, como rejeição dos métodos e estratégias europeias, caracterizado pela defesa da condição humana do africano e pela oposição à exploração e à escravatura. Durante este período, grandes reinos, impérios e Estados, tais como o Estado de Zimbábwe, o Império do

Mali, o Reino de Ahanta em Gana, o Reino de Sine em Senegal, o Império de Marave, o Mwenemutapa e o Reino de Gaza em Moçambique, o Império de Wuli na Gâmbia, os Reinos de Songhai e Kaarta no Mali, e o Reino de Dubréka na Guiné, entre outros, apresentaram-se como formas de resistência à expansão europeia.

Antes da invasão europeia, estes impérios e reinos asseguravam, apesar das lutas internas pela dominação territorial, um relativo equilíbrio político no continente. A existência de estruturas administrativas e políticas próprias permitia gerir os recursos, regular conflitos internos e manter relações comerciais, consolidando uma ordem que equilibrava forças e interesses locais.

O segundo movimento manifestou-se exogenamente, especialmente na diáspora africana, refletindo a reivindicação de direitos civis, políticos e económicos para os afrodescendentes fora do continente. Este movimento articulou-se com a primeira dimensão interna, fortalecendo a resistência cultural e política frente ao imperialismo europeu e preparando o terreno para os movimentos nacionalistas que emergiriam posteriormente.

Assim, a primeira onda política africana apresentou-se como um período de mobilização simultânea interna e externa, em que a preservação cultural e a luta pelos direitos fundamentais constituíram os pilares da resistência africana. Esta combinação de esforços, tanto no interior do continente como na diáspora, permitiu consolidar as bases para a posterior descolonização e para o reconhecimento gradual da soberania africana, ainda que condicionada pelas pressões externas.

No século XVI, a África mediterrânea representava um subsistema do Império Árabe-Otomano do qual o Marrocos, Ifríquia e a Tripolitânia constituíam uma parte. O Egito era uma entidade à parte. A região do Nilo, compreendendo a Núbia e a Etiópia, ligava o Sul aos Estados dos Grandes Lagos do Bunyoro-Kitara, às cidades-estados suaílis e à parte sul do Zambeze que, no fim do século XVI, era dominado pelo Estado Mutapa. Quanto à África Austral, ela contava ainda com poucas estruturas estatais. Na África Central, existiam dois sistemas políticos, um sob o domínio dos Reinos Congo e Tio, outro sob o Reino Luba. Entretanto, os habitantes das florestas não estavam organizados em Estados. As regiões do Sudão Ocidental e do

Níger-Chade eram limítrofes, mas suas fronteiras mudavam constantemente. Ambas ficavam em contato com a Núbia e a Etiópia (Diagne, 2010, p. 50).

As lutas internas entre os impérios, reinos e Estados, catapultaram a queda dos mais fracos e o surgimento dos mais fortes que posteriormente viram-se obrigados a gladiar na arena geográfica africana diante dos europeus.

A evolução do mapa político demonstrava as pressões exercidas pelas forças exteriores e suas repercussões. As guerras internas que reviravam a cena política aniquilaram as fronteiras locais e o equilíbrio de forças. Novos Estados apareceram: eram os mais bem armados, tal como o Kanem-Bornu, ou aqueles com mais saídas marítimas, como o Cayor na Senegâmbia, o Daomé no golfo da Guiné, a Angola na África Central e o reino dos Changamira na parte sul do Zambeze (Diagne, 2010, p. 50).

As lutas internas entre os povos africanos contribuíram para a decadência da cena política organizada em torno de chefes de clãs e tribos étnicas, dando lugar a aristocracias dominantes. Segundo Diagne (2010), estas estruturas foram caracterizadas pela nobreza fundiária da neftenia, pelos beilhiques e sultanatos magrebins, pelos emirados sudaneses ou mesmo pelos mani (reis bantos cristianizados), cercados, à maneira europeia, de príncipes, condes e camareiros.

Após a invasão europeia, estes reinos, Estados e impérios, apesar da fragmentação interna, resistiram à exploração, à escravidão e à desestruturação do tecido cultural e político, procurando preservar os valores e tradições locais. Dentro destas entidades políticas havia um entendimento comum acerca da manutenção do tecido cultural e social, sustentado por estruturas políticas e económicas próprias, frequentemente caracterizadas por trocas comerciais e formas de organização típicas das sociedades africanas.

O primeiro momento da primeira onda política liga-se ao segundo quando os africanos na diáspora começam a pronunciar-se sobre a sua condição existencial e sobre a situação da terra mãe, denunciando a barbárie do imperialismo europeu. Este segundo momento apresenta-se como exógeno, pois as vozes da diáspora reclamavam também o reconhecimento do negro afrodescendente, articulando reivindicações culturais, sociais e políticas.

Na véspera do século XX, surgem os movimentos descritos por Ngoenha (1993) e Mucale (2023) como os Renascimentos Africanos. Este movimento teve origem no bairro de Harlem, em Nova Iorque, no início do século XX, impulsionado por vários factores, incluindo a busca por melhores condições de vida na América do Norte e a concentração de negros oriundos do sul do continente africano. A descoberta de criatividades artísticas na música, na literatura e na pintura constituiu uma das marcas distintivas deste movimento.

O objectivo central destes movimentos consistia na “afirmação e reconhecimento da cultura afro-americana pela cultura branca de origem anglo-saxónica, a conquista de direitos políticos e civis (como o da cidadania, o direito de votar e de ser eleito) e económico, em suma, o escopo deste movimento era a emancipação geral da gente negra nos EUA” (Mucale, 2023, p. 21).

Posteriormente, estas ideias foram desenvolvidas através de intervenções de filósofos, sociólogos, artistas, jornalistas e outros intelectuais, incluindo Henry Sylvester-Williams, W. E. B. Du Bois, Alain Locke, Langston Hughes e Marcus Garvey. Na década de 1930, figuras como Leopold Sédar Senghor, Kwame Nkrumah e Aimé Césaire reforçaram estas correntes africanistas, manifestando descontentamento perante a desconsideração do negro e a exploração da terra mãe.

Inicialmente, estas manifestações tomaram a forma de movimentos como o Pan-Africanismo, que defendia a unidade e a emancipação dos povos africanos e afrodescendentes. Posteriormente, surgiu a Negritude, um movimento de expressão cultural no Ocidente, encenado principalmente por estudantes africanos em França, que procurava afirmar a identidade cultural africana e combater os estigmas coloniais.

A Negritude e o Pan-Africanismo partilharam o mesmo objectivo: a valorização da cultura africana e afrodescendente, como base para a luta política e social contra a opressão colonial e racial. Estes movimentos tiveram impacto direto na construção de uma consciência coletiva, que viria a influenciar as lutas nacionalistas em África a partir da década de 1940.

Através da literatura, música, poesia e outras formas artísticas, os afrodescendentes na diáspora transmitiam mensagens de resistência e reivindicação, exigindo o respeito pela condição humana do africano, tanto na diáspora como na terra mãe. Estes elementos culturais

serviram de catalisadores para mobilizações políticas e sociais, fortalecendo os movimentos de independência.

Os congressos Pan-Africanistas desempenharam papel decisivo na articulação destas ideias, reunindo líderes africanos, intelectuais e representantes da sociedade civil. O quinto congresso, realizado em Manchester em 1945, destacou-se pela participação mais ampla, incluindo operários, sindicalistas, agricultores e estudantes oriundos da África, e por deliberações radicais que exigiam igualdade de oportunidades, criminalização da discriminação racial e religiosa, libertação política e económica da África colonizada (Kodjo & Chanaiwa, 2011, citados por Mucale, 2023, p. 39).

Este segundo momento da primeira onda política, apesar de ter iniciado fora do continente, contribuiu decisivamente para a eclosão de movimentos nacionalistas em África, preparando o terreno para a luta de libertação e a posterior conquista da independência dos Estados africanos. A articulação entre resistência interna e exógena consolidou as bases da primeira onda política, marcada pela preservação cultural, reivindicação de direitos e mobilização em prol da emancipação africana.

Na revolta contra as estruturas ocidentais a tentação marxista foi forte. Em 1930-31, a revista «Nouvel Age» consagrou muitos números à literatura negro-americana, e sobretudo aos cantos dos trabalhadores negros. Muitos intelectuais negro americanos e das Caraíbas como Jacques Roumain, Jean-Francois Brière, Nicolas Guillén, Richard Wright tinham identificado a revolta racial e a luta de classes. E mesmo Césaire aderiu ao comunismo para depois se afastar mais tarde; tentação à qual Senghor, Damas ou Birago Oiop nunca cederam. Nesta perspectiva, a luta pela afirmação de si, devia ser precedida pela conquista de uma base cultural sólida. À tentação marxista preferiu-se, portanto, a via do retorno às origens, à África. Mas a África que estes estudantes encontraram, em Paris, era a África dos etnólogos ou a África dos poetas negro-americanos. Em ambos os casos, uma África que já não existia (Ngoenha, 1993, p. 58).

Para além das encenações artísticas, as mensagens veiculadas através de poemas, músicas e outras formas de manifestação procuravam afirmar o respeito pela condição humana do africano, tanto na diáspora como na terra mãe. Entre os eventos mais

significativos considerados por estes actores destacam-se os congressos Pan-Africanistas, os quais, ao nosso ver, exerceram influência decisiva sobre os movimentos nacionalistas que, a partir da década de 1940, se organizaram para a Luta de Libertação dos Estados Africanos.

Os congressos Pan-Africanistas tiveram início em 1900, em Londres, seguindo-se edições em 1921, realizadas em Londres, Bruxelas e Paris; em 1923, em Londres e Lisboa; e em 1927, em Nova Iorque. O quinto congresso, realizado em 1945, em Manchester, é considerado um dos mais importantes, pois contou com a participação de líderes africanos e, diferentemente dos congressos anteriores, que eram apoiados sobretudo por intelectuais e burgueses, incluiu operários, sindicalistas, agricultores e estudantes, maioritariamente oriundos da terra mãe (Mucale, 2023).

O congresso, o último, exigiu a igualdade de oportunidades e criminalização da discriminação racial e religiosa. Ao nível político condenou o imperialismo (visto como causa do declínio da África), os sistemas dos governos autocráticos europeus, (que destruíam a natureza democrática das instituições indígenas da África, as reformas constitucionais que mantinham a escravidão política dos povos africanos); o governo indireto (visto como instrumento de opressão e usurpação dos direitos dos dirigentes naturais do oeste-africano) e reivindicou a libertação da África colonizada (Mucale, 2023, p. 39).

Ademais, o 5º congresso pan-africanista foi marcado por deliberações radicais e bastante pugnaz comparado aos primeiros 4 congressos, as declarações deste congresso dirigiam às potências coloniais, exigindo:

A emancipação e a total independência dos africanos e dos outros grupos raciais submetidos a dominação das potências europeias, as quais pretendiam exercer, sobre eles, um poder soberano ou um direito de tutela; 2. A revogação imediata de todas as leis raciais e outras leis discriminatórias; 3. A liberdade de expressão, de associação e de reunião, bem como a liberdade de imprensa; 4. A abolição do trabalho forçado e a igualdade de salários para um trabalho equivalente; 5. O direito ao voto e a elegibilidade para todo homem ou mulher com idade a partir de vinte um anos; 6. O acesso de todos os cidadãos a assistência médica, a seguridade social e a educação (Kodjo & Chanaiwa, 2010, p. 899).

Este segundo momento da primeira onda, apesar de ter iniciado fora do continente africano, contribuiu para a emergência de movimentos de contestação ao imperialismo europeu em África. As ideias defendidas por figuras como Marcus Garvey e Kwame Nkrumah promoviam a construção de um império africano que representasse a unidade dos Estados africanos. Mais tarde, Leopold Sédar Senghor advogava a cooperação entre africanos e europeus, defendendo a manutenção da identidade dos Estados africanos e o reconhecimento da condição humana do negro africano.

Estas posições pró-África impulsionaram o surgimento dos movimentos nacionalistas que, a partir da década de 1940, organizaram-se para a luta pela libertação dos Estados africanos da dominação colonial europeia. Conforme assinalam Ngoenha (1993), Kodjo & Chanaiwa (2010) e Mucale (2023), embora muitos destes idealizadores tivessem excessos, não deixaram de ser construtores de ideias que mapearam os primeiros momentos da descolonização africana, contribuindo decisivamente para a reflexão sobre a autonomia política do continente.

Até 1940, apenas a Libéria não estava submetida a controlo colonial, enquanto a maioria dos outros Estados africanos encontrava-se sob domínio europeu. Nesse período, africanos participaram na Segunda Guerra Mundial, integrando-se, por exemplo, no exército francês. Tal experiência despertou consciência política, ao evidenciar que a supremacia europeia não era natural nem imutável, mas resultado de fatores culturais e estruturais que dividiam racialmente o continente.

O segundo momento da primeira onda prolonga-se até à década de 1970, após a independência de grande parte dos Estados africanos. O processo iniciou-se em 1957, com Gana reconhecida como o primeiro Estado africano independente, e intensificou-se em 1960, ano em que 17 Estados alcançaram a independência, facto que lhe conferiu a designação simbólica de “ano da África”.

Apesar do sucesso da emancipação política, nem o Pan-Africanismo nem a Negritude conseguiram manter-se como forças mobilizadoras, dando lugar, em anos recentes, a uma onda reversa marcada pela consolidação da hegemonia dos Estados africanos, ainda significativamente influenciados pelo Ocidente.

Após 1975, a maioria dos Estados africanos conquistou a independência total, à exceção do Sudão do Sul, que só se tornou independente em 2011. Estes Estados independentes estruturaram-se maioritariamente como Repúblicas socialistas, consolidando formalmente a soberania política.

No entendimento do presente estudo, a primeira onda política em África conclui-se com o início da independência dos Estados africanos em 1957, quando o reconhecimento da condição humana e política do africano se tornou formalmente aceite.

O reconhecimento da necessidade de independência demonstrou que os africanos podiam ser sujeitos da sua própria história, embora permanecessem desafios significativos relacionados com a valorização da raça negra e da autonomia africana como ente pensante e actor social.

O período analisado evidencia a complexidade da transição de sociedades coloniais para Estados independentes, em que se conjugam fatores internos e externos, culturais e políticos, que moldaram a configuração sociopolítica africana contemporânea.

A primeira onda política revela, assim, um movimento dual: por um lado, a resistência endógena dos impérios, reinos e Estados africanos à invasão europeia; por outro, a mobilização exógena da diáspora africana em busca de reconhecimento e emancipação.

Os congressos Pan-Africanistas e os movimentos culturais, como a Negritude, desempenharam papel central na articulação de uma identidade africana comum, influenciando diretamente a emergência do nacionalismo e dos processos de descolonização.

Em síntese, a primeira onda política articula-se entre a resistência interna aos europeus e a afirmação da diáspora africana, constituindo a base sobre a qual se desenvolveriam as ondas políticas subsequentes, sendo crucial para a compreensão do percurso histórico de emancipação de África.

Segunda Onda Política - 1960-1980: (In) Resistência do Socialismo em África

A segunda onda política regista-se no contexto de uma África de inspiração socialista, iniciando-se logo após a independência massiva dos Estados africanos na década de 1960 e prolongando-se até à década de 1980.

É consensual que as relações entre os Estados africanos e os países do bloco oriental se consolidaram durante o processo de descolonização. Em consequência desse relacionamento, foi estabelecida uma aliança política e ideológica entre os países africanos e os do referido bloco. Essa aliança remonta à Revolução Bolchevique na Rússia, em 1917, quando Vladimir Lenine manifestou o propósito de apoiar os povos colonizados. A partir desse momento, “todos os países socialistas - a URSS e os seus aliados, como a República Popular da China - prestaram ajuda, sob diversas formas, aos Estados africanos, tanto antes, como depois da sua conquista da independência” (Thiam, Mulira & Wondji, 2010, p. 965).

Após 1945, a influência dos países do bloco oriental tornou-se particularmente evidente, sobretudo nas ideologias que sustentaram o V Congresso Pan-Africanista. Nesses contextos, o socialismo encontrava-se profundamente associado às dimensões culturais do continente africano. Importa destacar o empenho dos líderes e pensadores africanistas em demonstrar o seu alinhamento ideológico. “Tal como para Nyerere e Senghor, para Nkrumah o socialismo africano resultava da integração de valores deste humanismo na vida moderna” (Ngoenha, 1993, p. 71).

Verificava-se, assim, a necessidade de combater o colonialismo e de alargar a frente anti-imperialista. Esse processo foi amplamente influenciado pelos países do bloco oriental, que prestaram apoio político, económico e militar às colónias em luta. Tal influência viria a reflectir-se, posteriormente, nas políticas, na administração e nas economias dos novos Estados independentes, facto observável em quase todo o continente africano.

Mais tarde,

O *Komintern* procurou estabelecer uma ação orquestrada com as primeiras organizações nacionalistas, tais como o *National Congress of British West Africa* (NCBWA), a *Kikuyu Central Association* ou o Congresso Nacional Africano (CNA), embora, aos seus olhos, a direcção destes movimentos

estivesse em mãos, não da classe operária, alias pouco numerosa na Africa, nos idos da década de 1930, mas, da burguesia nacional progressista. Algumas organizações, ligadas ao Komintern, desempenharam um papel particularmente ativo: tratou-se, notadamente, da *Internationale Syndicale Rouge* (Profintern), da *United Front From Below* (UFFB) e do *International Trade Union Committee of Negro Workers* (ITUC-NW) Jomo Kenyatta um dos primeiros africanos a colaborar com alguns destes movimentos, visitou a URSS em 1929, 1932 e 19344. Ele era correspondente do ITUC-NW (Thiam et al., 2010, p. 967).

Por volta das décadas de 1920 e 1930, a Internacional Comunista, também conhecida por Komintern, enfrentava dificuldades de comunicação com os movimentos nacionalistas africanos. Não obstante, o Kremlin recorria a militantes negros africanos e a activistas do pan-africanismo, bem como aos partidos comunistas existentes nos países metropolitanos, para difundir a ideologia socialista no continente africano. Verificou-se, assim, uma transmissão gradual de ideias e influências entre os pensadores e militantes africanos acerca do comunismo. Exemplo disso foi Henry Sylvester Williams, cuja acção influenciou Marcus Garvey, considerado um dos primeiros socialistas africanos do seu tempo; de igual modo, Kwame Nkrumah foi profundamente influenciado por W. E. B. Du Bois e George Padmore.

Neste contexto, os partidos e movimentos socialistas do Ocidente também exerceram influência no processo de independência das colónias africanas, promovendo a difusão das ideias socialistas nos territórios coloniais. Tal estratégia visava simultaneamente enfraquecer as potências capitalistas ocidentais e fortalecer a consciência política dos povos colonizados, incentivando-os à adesão ao socialismo. O Partido Comunista Francês (PCF) teve particular relevância nesse processo, actuando de forma activa na África francófona e, mais tarde, exercendo influência também sobre algumas colónias anglófonas, em virtude da fragilidade organizativa do Partido Comunista da Grã-Bretanha.

A União Soviética e os partidos aliados a ela desempenharam um papel crucial na formação política e ideológica dos quadros do movimento, tendo sido criada, em Moscou no ano de 1930, a escola de Stalin, intuindo preparar quadros marxistas. As repercussões da crise económica que sacudiam o mundo possuíam uma natureza favorável a tarefa do movimento anticolonial. Porem, a chegada dos fascismos a Europa relegou a questão colonial ao segundo plano, no referente as preocupações dos partidos comunistas, em

detrimento e causando sérios danos junto a certos militantes do pan-africanismo, a imagem de G. Padmore, os quais julgavam prejudicial a causa africana esta mudança de diretriz (Thiam et al., 2010, p. 968).

A relação estabelecida entre os partidos comunistas ocidentais e os grupos indígenas africanos não apenas contribuiu para o fortalecimento do comunismo a nível mundial, como também exerceu influência significativa no processo de independência dos países africanos. Apesar das crises que acompanharam esse percurso, alguns estudantes africanos que frequentavam instituições de ensino na Grã-Bretanha procuraram contacto com dirigentes dos partidos comunistas ocidentais, através dos quais receberam formação política e ideológica que viria a moldar as suas convicções e a orientar a sua actuação nos movimentos de libertação nacional.

Jomo Kenyatta, do Quênia, K. Nkrumah, da Costa do Ouro (atual Gana), I. K. Musazi, de Uganda, figuravam entre estes radicais. Alguns dentre eles, como S. Mulumba, do Partido Bataka (Uganda), buscavam, por intermédio do Partido Comunista da Grã-Bretanha, obter o concurso da União Soviética para levar a cabo a conquista da independência política da África Oriental (Mulira, (1974) citado por (Thiam et al., 2010, p. 968).

Na África Lusófona, alguns intelectuais formados em Portugal sob forte influência da ideologia comunista, como Agostinho Neto e Amílcar Cabral, fundaram, respectivamente, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Contudo, observava-se um paradoxo no interior dos movimentos comunistas africanos: embora, no continente, os partidos comunistas se apresentassem fragilizados em virtude de factores estruturais - nomeadamente a debilidade da classe operária, a persistência de ideologias tradicionais e a resistência das religiões -, os partidos vinculados à União Soviética demonstravam robustez organizativa e influência ideológica considerável.

Após a Segunda Guerra Mundial, e com o enfraquecimento das potências ocidentais, os países comunistas passaram a demonstrar um interesse crescente pelo continente africano. Procurava-se, através do apoio político, económico e militar, consolidar a presença socialista

em África, tendo como objectivo último enfraquecer o imperialismo internacional e ampliar a esfera de influência do bloco oriental.

Apesar das dúvidas e críticas manifestadas por diversos líderes africanistas relativamente à posição da União Soviética e da China face à condição concreta do continente africano, manteve-se a colaboração entre os movimentos de libertação africanos e os países socialistas. Essas críticas centravam-se sobretudo na tentativa de compreender as motivações estratégicas que levavam as potências do Leste a investirem de forma tão intensa na descolonização africana. Ainda assim, não se registou qualquer recuo significativo por parte dos movimentos socialistas africanos, que continuaram a beneficiar desse apoio.

Em 1960, a União Soviética apresentou à Assembleia Geral das Nações Unidas uma resolução sobre a implementação do processo de descolonização, a qual viria a ser adoptada em 1961. Tal resolução constituiu a base da política subsequente de participação dos países socialistas na descolonização africana (Thiam et al., 2010, p. 971). Esse momento representou o auge da influência soviética no continente, coincidindo com a independência progressiva de vários Estados africanos, ainda que o Gana já tivesse alcançado a sua soberania em 1957.

Segundo Thiam et al. (2010), o apoio prestado pelos países socialistas foi determinante para a independência de Estados como a Argélia, o Egipto, o Gana, a Guiné, o Mali, o Sudão, a Tunísia, o Quênia, o Uganda, a Tanganica e a Somália. Na África Austral, onde as lutas anticoloniais se prolongaram por mais tempo, o contributo da União Soviética e da Europa Oriental foi ainda mais decisivo para movimentos como a ZAPU, no Zimbabué, a FRELIMO, em Moçambique, e o MPLA, em Angola. Na luta contra o regime do apartheid, o Congresso Nacional Africano (CNA), na África do Sul, e a SWAPO, na Namíbia, beneficiaram igualmente de uma ajuda multifacetada - política, diplomática, financeira e militar - proveniente dos Estados socialistas europeus.

A ajuda do bloco soviético aos países africanos assumiu, em grande medida, a forma de um acto de solidariedade internacional, afastando, temporariamente, as críticas relativas às intenções políticas do apoio. Consequentemente, nas primeiras décadas pós-independência, muitos Estados africanos adoptaram sistemas de orientação socialista, sobretudo de matriz marxista-leninista. Todavia, esse alinhamento não se prolongou por muito tempo. Por um

lado, a queda do bloco oriental, entre o final da década de 1980 e o início da de 1990, enfraqueceu as bases externas de sustentação do socialismo africano; por outro, as sucessivas crises socioeconómicas e humanitárias, agravadas pelas guerras civis e pela instabilidade política, levaram à crescente influência das potências capitalistas do Ocidente nos sistemas constitucionais africanos.

Em síntese, a segunda onda política em África, correspondente ao período de 1960 a 1980, representou a fase de maior aproximação entre o continente e o socialismo internacional. Nela, o ideal socialista funcionou como instrumento de luta anticolonial, de emancipação nacional e de reorganização política dos novos Estados. Contudo, a fragilidade das estruturas económicas internas, as tensões culturais e religiosas, bem como as dinâmicas da Guerra Fria, limitaram a consolidação do socialismo africano, que acabou por ceder espaço ao capitalismo e às reformas neoliberais nas décadas seguintes.

Terceira Onda Política: 1980-2000 – Nova Era do Imperialismo, Democratização e o Nascimento da Geração Z

A terceira onda política resulta da intensificação das relações entre os Estados africanos e o bloco ocidental. Tal fenómeno não constitui novidade, pois as suas origens remontam ao próprio processo de colonização e aos seus desdobramentos históricos - o imperialismo, o racismo, o tráfico de escravos, a exploração de recursos naturais, a violação da dignidade humana e a apropriação do património cultural africano - elementos já presentes na primeira onda política anteriormente analisada.

Após a conquista das independências e a constituição das chamadas “primeiras repúblicas” africanas, orientadas maioritariamente por regimes de inspiração socialista, a queda do bloco oriental, no final da década de 1980, originou uma nova fase de aproximação entre África e o Ocidente. A partir desse momento, assistiu-se à redefinição das relações internacionais do continente, marcadas pela ascensão das potências capitalistas como novos actores no espaço político africano. O Ocidente, que outrora se apresentara como colonizador, passou a adoptar um discurso centrado na cooperação e no desenvolvimento, procurando projectar-se como parceiro estratégico dos novos Estados independentes.

Todavia, essa retórica de parceria escondia, em muitos casos, a reconfiguração de um imperialismo moderno, baseado em mecanismos de dependência económica, financeira e tecnológica. As políticas de ajustamento estrutural impostas pelas instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, subordinaram grande parte dos Estados africanos a modelos económicos neoliberais, enfraquecendo as economias nacionais e reduzindo a capacidade soberana de decisão. Simultaneamente, o discurso da democratização, amplamente promovido pelas potências ocidentais, traduziu-se numa pressão constante pela adopção de sistemas multipartidários e pela abertura política, frequentemente sem o devido enraizamento social e institucional.

A conquista da soberania e o fim do apartheid na África Austral não significaram, em essência, o desaparecimento do imperialismo no continente. Este apenas assumiu novas formas, mais subtis e interdependentes, sustentadas na globalização económica, na hegemonia cultural e na dependência tecnológica.

Elas, as independências, tão somente traduzem uma mudança *facial* do imperialismo. A descolonização política não se acompanhou de uma descolonização económica. Notoriamente, a tutela de uns únicos países europeus por vezes transformou-se em tutela coletiva das potências ocidentais, exercida através da Organização do Tratado do Atlântico Norte ou da Comunidade Económica Europeia (Ibekwe, 2010, p. 928).

O regresso do bloco ocidental, na década de 1980, surgiu sustentado em narrativas desenvolvimentistas que, contudo, não ultrapassaram aquilo que Nkrumah (1967) designou como o neocolonialismo - o seu estágio final e mais perigoso. Como o autor observa, “o Estado que a ele está sujeito é, teoricamente, independente e possui todos os adornos exteriores da soberania internacional. Na realidade, o seu sistema económico e, portanto, o seu sistema político, é dirigido a partir do exterior” (Nkrumah, 1967, p. XIII). Neste novo modelo de imperialismo, os Estados africanos foram gradualmente conduzidos a seguir uma orientação económica e monetária alinhada com os interesses das potências ocidentais, condicionando a sua soberania efectiva.

É inegável que, neste período, a fragilidade do bloco oriental - que até então exercera influência política e económica considerável sobre diversos Estados africanos - contribuiu

para o reforço da presença e da hegemonia ocidental no continente. A queda do bloco oriental no plano global “permitiu o alargamento dos princípios da democracia liberal e multipartidária para os países dessa zona, o que levou a uma profunda mudança nas alianças internacionais e enfraqueceu a posição dos países que, como era o caso de Moçambique, até então beneficiavam da sua cooperação e apoio” (Brito, 2019, p. 45).

Renovaram-se, assim, expectativas em torno da nova cooperação com o Ocidente, especialmente após as crises económicas e humanitárias que marcaram a África Austral. As elites africanas viam nesse reaproximar-se do bloco ocidental uma oportunidade de reestruturação económica, modernização institucional e integração no sistema internacional, embora, na prática, tal relação viesse a reproduzir mecanismos de dependência já observados em períodos anteriores.

[...] modernizar a sociedade a fim de conquistar, para seu povo, o respeito da comunidade internacional. Para alcança-lo, elas tencionavam realizar a descolonização política da África, impondo um fim as humilhações do racismo; elas contavam, a seu favor, com o desenvolvimento económico, para transformar os seus países em membros poderosos, ricos e respeitados no mundo industrializado; enfim, elas pretendiam, através da descolonização económica, liberar-se da tutela económica do Ocidente (Ibekwe, 2010, p. 928).

Havia, entre as elites africanas, o sonho de transformar o continente numa réplica dos países industrializados e economicamente avançados do século XX, rejeitando a matriz das sociedades industriais socialistas e adoptando os modelos de desenvolvimento dos países capitalistas.

Contudo, esse intento revelou-se paradoxal e de difícil concretização. Os Estados africanos tornaram-se alvos fáceis do neoimperialismo ocidental, devido à sua fragilidade económica e social, o que favoreceu a imposição de novos paradigmas políticos e económicos. As economias centralizadas e controladas pelo Estado foram substituídas, teoricamente, por economias de mercado, e os regimes socialistas cederam lugar a sistemas constitucionalmente democráticos, embora, na prática, pouco funcionais e vulneráveis às ingerências externas.

A mudança de paradigmas económicos registou-se de forma mais evidente na década de 1980, com a assinatura de acordos com as instituições de Bretton Woods - o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) -, além da adesão a convenções de matriz liberal. A partir desse processo, o Banco Mundial, por intermédio da Agência de Desenvolvimento Internacional (ADI), passou a financiar Estados africanos em situação de precariedade económica e com elevados índices de pobreza. Muitos governos africanos aceitaram tal cooperação sem questionar profundamente as intenções dessas instituições, que também incentivavam a integração dos países africanos na Organização das Nações Unidas (ONU) e noutros organismos multilaterais.

Neste contexto, segundo Ibekwe (2010), estabeleceram-se relações de subordinação entre os Estados africanos e entidades como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Comunidade Económica Europeia (CEE), actual União Europeia, e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Posteriormente, vários países africanos foram persuadidos a aderir a estruturas políticas criadas pelas antigas metrópoles, como a Commonwealth britânica e a Comunidade Francesa, mecanismos que, na essência, visavam prolongar a hegemonia política e económica dos antigos colonizadores.

Esse processo enfraqueceu a África, consolidando a dependência externa e fomentando o divisionismo interno. A democracia multipartidária, apresentada como instrumento de emancipação, acabou por contribuir para a fragmentação ideológica e o reforço da influência imperialista sob o disfarce de políticas de combate à pobreza e de desenvolvimento sustentável. Tais políticas, frequentemente formuladas fora do contexto africano, ignoravam valores culturais e tradições locais, comprometendo o tecido social e a coesão comunitária.

As narrativas desenvolvimentistas abriram igualmente espaço ao ressurgimento da exploração económica pouco rentável para o continente e altamente lucrativa para o Ocidente. Casos emblemáticos, como a exploração do gás na Bacia do Rovuma, em Moçambique, do urânio no Níger e a intervenção militar e industrial francesa no Burkina Faso, ilustram a persistência da lógica de pilhagem de recursos, agora sob uma roupagem moderna e legitimada por acordos de “cooperação internacional”.

Nos finais da década de 1990, enquanto os Estados africanos aprofundavam as reformas democráticas e consolidavam as estruturas legislativas, emergia uma nova onda de insatisfação popular. Dela nasceria uma geração que viria a ser conhecida como Geração Z, caracterizada por uma postura crítica e mobilizadora perante as injustiças sociais e políticas. Entre 1990 e 2000, intensificou-se a Primeira Guerra do Congo; na África do Sul, o fim do apartheid deu lugar a manifestações em defesa da igualdade racial e da justiça social; no Mali, minorias étnicas insurgiram-se contra a marginalização; e na África Oriental multiplicaram-se os protestos contra a corrupção e as desigualdades económicas.

Grande parte desses movimentos resultou da má governação dos antigos movimentos de libertação, que se transformaram em partidos políticos dominantes, perpetuando práticas autoritárias e de intolerância ideológica. A juventude da época foi protagonista dessas lutas, deixando um legado de resistência e consciência política que se prolonga até à actualidade, mais de trinta anos após o nascimento da chamada Geração Z.

A Geração Z é considerada nativa digital e nativa democrática, tendo crescido num contexto de expansão tecnológica e de abertura política em África. Esta geração utiliza as plataformas digitais como espaços de mobilização cívica e de denúncia dos fenómenos políticos e sociais que afectam o continente. Tem protagonizado protestos emblemáticos, como os ocorridos no Quénia, em 2024, contra o aumento de impostos, e em Moçambique, em contestação a resultados eleitorais e à precariedade das condições de vida. É também uma força de apoio popular a líderes como Ibrahim Traoré, no Burkina Faso, e a outros movimentos de resistência nos países do Sahel.

A Geração Z africana emerge, assim, como um actor político e social consciente das heranças históricas do imperialismo e das contradições da globalização. Movida por ideais de justiça, autodeterminação e soberania, procura redefinir as narrativas ideológicas africanas e afirmar os Estados como verdadeiramente independentes. Contudo, a sua actuação, sobretudo em espaços virtuais, também expõe ao mundo as fragilidades institucionais do continente e reforça a presença das organizações internacionais nos assuntos internos africanos.

Em síntese, a Terceira Onda Política (1980–2000) representou um período de transição e reconfiguração da dependência africana. Sob o discurso da democracia e do desenvolvimento, consolidou-se um novo tipo de imperialismo - económico, cultural e

tecnológico - que substituiu o domínio colonial formal por formas sofisticadas de subordinação global. Paralelamente, este período marcou o nascimento de uma geração consciente e crítica, que, através das tecnologias digitais e do pensamento político emergente, questiona o legado das elites pós-coloniais e as estruturas de poder herdadas do século XX.

Considerações Finais

A leitura das três ondas políticas africanas permite compreender que a trajectória do continente é marcada por movimentos cíclicos de resistência, dependência e reinvenção. Desde a luta contra o colonialismo até à inserção na globalização contemporânea, a história política africana mostra que a independência formal não significou necessariamente a libertação real. A herança das estruturas coloniais, a persistência de elites predatórias e a fragilidade institucional perpetuaram as relações de subordinação e impediram o florescimento de projectos genuinamente africanos de desenvolvimento e soberania.

Na primeira onda, a força da descolonização expressou-se na luta pela dignidade e pela autodeterminação. Contudo, o entusiasmo revolucionário cedo se confrontou com as contradições internas das novas repúblicas. A ideologia socialista africana, inspirada pelos valores comunitários e pelo humanismo tradicional, revelou-se incapaz de resistir às tensões do poder e às pressões externas. O socialismo africano transformou-se em muitos casos numa retórica de unidade nacional usada para legitimar o autoritarismo e o controlo centralizado do Estado. Assim, a primeira tentativa de emancipação política acabou por gerar novas formas de dependência e concentração de poder.

A segunda onda representou o momento de consolidação e resistência do socialismo africano, apoiado pelos países do bloco oriental. Foi uma fase de alianças estratégicas, de ideais internacionalistas e de tentativas de construção de uma ordem alternativa ao capitalismo ocidental. Contudo, os limites estruturais das economias africanas, a debilidade da classe operária e o peso das tradições locais dificultaram a materialização dos projectos socialistas. A ajuda internacional, ainda que revestida de solidariedade, criou novas formas de dependência ideológica e económica, substituindo a dominação colonial por uma subordinação política de natureza distinta, mas igualmente limitadora da autonomia africana.

Com o colapso do bloco socialista e o avanço do neoliberalismo, emergiu a terceira onda política, marcada pela retoma do protagonismo do Ocidente sob o disfarce do desenvolvimento. O discurso da modernização e da democratização substituiu o da libertação, e a cooperação internacional transformou-se num novo instrumento de influência e controlo. A retórica da ajuda, do investimento e da boa governação serviu, muitas vezes, para legitimar a ingerência externa e a imposição de políticas económicas que aprofundaram a pobreza e a desigualdade. A globalização trouxe consigo a promessa de progresso, mas também a consolidação do neocolonialismo, disfarçado de parceria.

Neste contexto, a África entrou numa era de paradoxos. Os Estados formalmente independentes tornaram-se actores subordinados às instituições financeiras internacionais e aos grandes centros de decisão global. O sonho de industrialização e de modernidade esbarrou na realidade das dívidas impagáveis, da desestruturação produtiva e da crescente dependência das exportações primárias. A adopção de modelos de economia de mercado e de democracia liberal não gerou desenvolvimento sustentável nem inclusão social; pelo contrário, ampliou a distância entre as elites governantes e as populações marginalizadas.

A década de 1990 marcou o surgimento de uma nova consciência social. A juventude africana começou a perceber que o discurso democrático nem sempre correspondia à prática política. O desencanto com as elites pós-coloniais e a corrupção generalizada deram origem a novos movimentos de protesto e resistência. Esta geração, hoje identificada como geração Z, nasceu num ambiente de abertura política e tecnológica, mas também de profunda crise económica e de desigualdade social. O seu activismo digital e cívico simboliza uma ruptura com as gerações anteriores, revelando um desejo de redefinir o destino político e económico do continente.

É neste quadro que se devem situar as recomendações para o futuro de África. A primeira é a necessidade de uma profunda reconfiguração do pensamento político africano. O continente deve libertar-se das categorias herdadas do colonialismo e do pós-guerra, construindo sistemas de governação baseados nas suas realidades históricas, culturais e sociais. A verdadeira independência será alcançada quando o Estado africano deixar de reproduzir modelos ocidentais e se tornar expressão autêntica das necessidades e aspirações dos seus povos.

Em segundo lugar, é imperativo reconstruir o Estado africano como instrumento de bem comum e não como aparelho de dominação. As instituições devem ser reformadas de modo a garantir transparência, responsabilidade e participação efectiva dos cidadãos. A democracia africana deve deixar de ser ritual eleitoral e transformar-se num processo permanente de cidadania activa. A inclusão das mulheres e dos jovens nos espaços de decisão é condição essencial para romper o ciclo de autoritarismo e clientelismo político que marcou as décadas anteriores.

No campo económico, torna-se urgente redefinir a inserção de África no sistema mundial. A superação da dependência exige políticas de industrialização endógena, integração regional e valorização do trabalho africano. O continente dispõe de recursos naturais abundantes, mas é necessário transformá-los em riqueza social e não apenas em lucro para empresas estrangeiras. A cooperação internacional deve ser estratégica e recíproca, orientada para o fortalecimento das capacidades locais e para o desenvolvimento sustentável, e não para a reprodução de dependências económicas.

No domínio educativo e científico, é necessário promover a descolonização do saber. As universidades africanas devem ser espaços de produção de conhecimento crítico, voltados para as realidades africanas e comprometidos com a transformação social. A integração entre saberes tradicionais e ciência moderna pode constituir uma via alternativa de desenvolvimento, capaz de recuperar a dignidade cultural e a autonomia intelectual do continente. A formação de uma nova elite científica, consciente das suas responsabilidades históricas, é um passo indispensável para a emancipação africana.

Em termos culturais, é recomendável reafirmar as identidades africanas com base num cosmopolitismo crítico que recuse tanto o fechamento etnocêntrico quanto a submissão cultural. A cultura deve ser entendida como espaço de resistência, criatividade e reconstrução da memória colectiva. A produção artística e intelectual africana pode desempenhar um papel fundamental na reconfiguração simbólica da modernidade, oferecendo ao mundo uma visão plural e humanista da civilização.

Do ponto de vista internacional, África precisa redefinir as suas alianças. A cooperação com o Ocidente, o Oriente ou o Sul Global deve ser baseada na reciprocidade e na soberania, e não na subordinação. O fortalecimento das organizações regionais e

continentais é essencial para garantir uma voz africana unificada nas decisões globais. A integração africana deve traduzir-se em políticas concretas de mobilidade, comércio, defesa e sustentabilidade, permitindo que o continente actue como sujeito político no sistema internacional.

Por fim, é necessário reconhecer o papel transformador da juventude africana contemporânea. A geração Z representa a síntese das contradições e das esperanças das três ondas históricas. Nela reside a força para romper com os modelos herdados e instaurar novas práticas de cidadania e justiça social. A sua acção digital, cívica e política demonstra que o futuro do continente depende da capacidade de combinar tradição e inovação, local e global, resistência e criação.

Em síntese, a análise das três ondas políticas revela que o destino africano não se resolverá apenas por via da independência formal ou da adopção de modelos externos de desenvolvimento. A libertação de África será antes de tudo uma libertação mental, cultural e ética. O desafio do século XXI consiste em transformar a memória da dominação num projecto de emancipação integral, no qual o pensamento, a economia e a política se fundam na dignidade e na autonomia dos povos africanos.

Referências Bibliográficas

ARENDT, H. (2006). **O que é política** (6.^a ed., trad. Reinaldo Guarany). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

ARISTÓTELES. (2006). **A política** (3.^a ed.). São Paulo: Martins Fontes.

BACHELARD, G. (2006). **A epistemologia** (1.^a ed., trad. F. L. Godinho & M. C. Oliveira). Lisboa: Edições 70.

BRITO, L. de. (2019). **Multipartidarismo, geografia do voto e descentralização em Moçambique**. In S. Chichava (Ed.), **Desafios para Moçambique 2019** (pp. 45–54). Maputo: IESE.

DIAGNE, P. (2010). **As estruturas políticas, económicas e sociais africanas durante o período considerado**. In B. A. Ogot (Ed.), **História Geral da África V: África do século XVI ao XVIII** (pp. 27–54). Brasília: UNESCO.

HUNTINGTON, S. P. (1991). **The third wave: Democratization in the late twentieth century**. Norman & London: University of Oklahoma Press.

IBEKWE, C. (2010). **A África e os países capitalistas**. In A. A. Mazrui & C. Wondji (Eds.), **História Geral da África VIII: África desde 1935** (pp. 927–964). Brasília: UNESCO.

KODJO, E., & CHANAIWA, D. (2010). **Pan-africanismo e libertação**. In A. A. Mazrui & C. Wondji (Eds.), **História Geral da África VIII: África desde 1935** (pp. 897–924). Brasília: UNESCO.

MUCALE, E. P. (2023). **Renascimento africano: Retrospectivas e perspectivas**. Maputo: Paulinas.

NGOENHA, S. E. (1993). **Filosofia africana: Das independências às liberdades**. Maputo: Edições Paulistas.

NKRUMAH, K. (1967). **Neocolonialismo: Último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

THIAM, I. der, MULIRA, J., & WONDJI, C. (2010). **A África e os países socialistas**. In A. A. Mazrui & C. Wondji (Eds.), **História Geral da África VIII: África desde 1935** (pp. 965–1002). Brasília: UNESCO.